

Discursos para o desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba

Speeches for the development in the Region Metropolitan of Curitiba

*Edson Struminski**

Resumo

Neste trabalho avalia-se a sustentabilidade de projetos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) produzidos pelos três setores da sociedade. Como método, é realizada uma análise de discursos destes projetos. Conclui-se que, até o momento, nenhum dos projetos pode ser considerado "sustentável", muito embora alguns deles apresentem elementos que devam ser considerados bons parâmetros para a sustentabilidade.

Palavras-chave: análise de discursos; desenvolvimento regional; Curitiba.

Abstract

In this work are evaluated the sustainability of development of projects in the Metropolitan Region of Curitiba produced by three sectors of society. The method employed was an analysis of speeches about these projects. It concluded that, until the moment, none of the projects can be considered "sustainable", even though some of them present elements that must be considered good parameters for sustainable development.

Key words: analysis of speeches; regional development; Curitiba.

* Engenheiro Florestal, Mestre em Conservação da Natureza pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. A partir de 1999 participou de diversos trabalhos de planejamento territorial para instituições como a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, o Instituto Ambiental do Paraná, INCRA e Ecoparána, ou para prefeituras municipais. Em 2002 integrou a equipe do consórcio internacional COBRAPE-SOGREAH, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da Região Metropolitana de Curitiba. E-mail: Edson_struminski@yahoo.com.br

Introdução

Para a elaboração deste trabalho foram identificados cinco discursos que se tornaram discursos de poder e propuseram o desenvolvimento no Brasil: o discurso tradicional da Metrópole portuguesa durante a Colônia; o racionalismo cartesiano, fruto do pensamento iluminista; o naturalismo, como uma doutrina de reação aos excessos do cartesianismo e dono de uma visão romântica da natureza que influenciou a intervenção do Estado no meio natural; o liberalismo, como doutrina política que fundamentou a criação do Estado nacional brasileiro e fortaleceu os anseios de liberdade e de uso privado da natureza por parte da sua elite, e finalmente o positivismo, como uma doutrina científica que fundamentou a República no Brasil e o intervencionismo estatal sobre o meio natural e social.

Faz-se aqui uma avaliação histórica do aparecimento desses discursos e seus efeitos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Também serão analisados os potenciais para a sustentabilidade existentes nos discursos de projetos atuais executados pelos três setores da sociedade nessa mesma região.

1 A análise dos discursos como método científico

Classicamente, o estudo da história baseia-se em teorias que avaliam relações econômicas, políticas ou sociais das sociedades. Porém, nos últimos anos surgiram importantes trabalhos de história ambiental, com inspiração naturalista, onde estas relações são avaliadas em relação ao impacto na natureza. Neste sentido, no Brasil, têm sido produzidos expressivos estudos que relatam esses impactos. Entretanto, compreensivelmente, tais trabalhos chegam a uma conclusão previsível: a sociedade degrada a natureza. Filosoficamente isto configura um silogismo que emperra qualquer

possibilidade de desenvolvimento social em consonância com a natureza. Assim sendo, embora a análise histórica ambiental seja reconhecidamente importante, será utilizado aqui outro pressuposto para estudar as relações entre sociedade e natureza: suas concepções sobre sustentabilidade, algo que o autor deste trabalho entende como um processo, não necessariamente linear, como na história ambiental, mas dialético e contínuo, de aperfeiçoamento das relações sociais e das relações entre sociedade e natureza.

Para tanto, o presente estudo apoiou-se na análise discursiva, proposta como um método científico por Foucault (1997). Segundo ele, esta prática não é do tipo lógico ou lingüístico, não sendo apenas a análise da fabricação dos discursos. Caracteriza-se pelo recorte de um campo de projetos e de conjuntos técnicos, instituições, esquemas de comportamento, tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que impõem e mantêm discursos.

Dessa forma, Foucault considera que há poder político, social, econômico e institucional na prática discursiva. Assim, a análise do discurso revela esta vontade de poder. O discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar (FOUCAULT, 2004).

Para Foucault (2004), em toda a sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que conjuram seus poderes e perigos, dominam acontecimentos aleatórios e esquivam sua pesada e temível materialidade.

Finalmente, Foucault (1997) considera que a prática discursiva não coincide necessariamente com obras individuais, mesmo que apareça pela primeira vez através delas, e também não coincide com o que se costuma chamar de ciências ou disciplinas, por mais que, às vezes, suas delimitações sejam as mesmas. Para esse autor, uma prática discursiva pode reunir diversas disciplinas ou ciências, de onde se deduz que sua análise deve ser inter ou mesmo transdisciplinar.

2 Uma revisão a respeito dos discursos aqui estudados

As relações entre sociedade e natureza refletem doutrinas e sistemas filosóficos que se difundiram pelo mundo, em particular a partir do Iluminismo, e influenciaram o pensamento político e a sociedade brasileira. Estas doutrinas trouxeram consigo discursos que se materializaram, ao longo dos séculos, em intervenções na natureza com resultados até hoje visíveis. Este artigo procura apresentar uma recente revisão sobre o tema.

O primeiro discurso analisado é o tradicionalista, surgido no Brasil com a colonização portuguesa, a partir do “renascimento português”, que incentivou este povo a explorar o mundo. No Brasil, colônia portuguesa, foi o primeiro discurso de poder aplicado a todo o território nacional de forma hegemônica, alicerçado não no consenso das comunidades aqui existentes e sim em tradições religiosas e no paternalismo estatal.

Esse discurso revela pouco interesse na sustentabilidade ambiental e econômica, pois pressupõe o amplo e irrestrito uso dos recursos naturais de forma pouco responsável, a feitorização da riqueza fácil, conforme sugere o professor Sérgio Buarque de Holanda (1988). Do ponto de vista social representa um discurso de dominação dos mais ricos e letrados sobre os mais pobres (incluindo a escravidão), no qual a cidadania e a responsabilidade pelo espaço coletivo estão ausentes.

Existem, porém, aspectos no discurso tradicionalista em que ele pode contribuir para a sustentabilidade, como a renúncia às normas imperativas, absolutas e formais (a improvisação em face da realidade), a adoção de modelos administrativos adaptados às diversas realidades e a valorização do conhecimento obtido pela experiência, importante no caso das comunidades tradicionais que convivem com ambientes naturais.

Um discurso que procurou modernizar esta tradição pela ciência aplicada foi o discurso cartesiano, que surgiu

no Brasil com brasileiros que estudaram em escolas portuguesas reformadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII. A intenção de Pombal era converter a ciência em elemento de poder, confrontando a influência dos religiosos, pela constituição de uma elite burocrática, científica, técnica e militar que garantisse o controle estatal sobre a sociedade.

Na Europa da época, a ciência começou a representar uma forma de avanço da sociedade frente a um mundo estagnado e reduzido filosófica e materialmente pela escolástica medieval. Para Barzun (2002), a grande vantagem para a ciência que surgia, em um universo sem propósito ou fim determinado (como na religião), é que libertaria a imaginação.

Silver (2003), ao traçar um retrato do surgimento da ciência moderna, nesse período, comenta que o francês René Descartes, submerso em uma sociedade banhada pela crença religiosa, também estava convencido de que deveria se livrar das opiniões que anteriormente aceitava e começar a construir novamente, a partir de novo método experimental, que estabelecesse estruturas firmes e permanentes nas ciências.

Como matemático, Descartes (1989) imaginava que todas as coisas que pudessem ser submetidas ao seu método seriam objeto do conhecimento humano, desde que analisadas isoladamente. Aliás, ele criticava o multidisciplinarismo, considerando que não via tanta perfeição nas obras com muitas peças e muitos mestres, como naquelas em que apenas um trabalhou.

De certa forma, esta faceta do pensamento de Descartes, que acabou se tornando dominante, contrariava o princípio pedagógico iluminista, para o qual, segundo Pádua (2002), a multidisciplinariedade de matérias estudadas não fragmentava a inteligência, pois em todas elas se cultivava a razão como fonte de energia do conhecimento.

Mesmo assim, de acordo com Silver (2003), durante o Iluminismo muitos “filósofos” esperavam que o método científico pudesse ser aplicado a todas as atividades da humanidade, sendo inclusive sua salvação.

Todos foram induzidos a um pensamento interdisciplinar e começaram a brincar de geometria e de físico, segundo uma frase atribuída a Voltaire.

Para os cartesianos, a sustentabilidade, em sentido amplo, seria obtida aplicando-se o conhecimento racional e o método científico reducionista. Entretanto, alguns aspectos da filosofia cartesiana continuam tendo valor. Ao manter a dúvida como uma condição permanente, Descartes (1989) dizia que ninguém deve aceitar o que outro diz apenas porque é classificado como “especialista”. Descartes também criticava o conhecimento tradicional, obtido por segredos, ingredientes supérfluos e difíceis constatações.

Contudo, para Barzun (2002), a realidade é que acabou sendo dividida. O fato científico, a experiência humana e a natureza deixaram de ser uma única e mesma coisa, contradizendo-se freqüentemente. Assim, a única forma de escapar desta contradição era não ver o Homem como parte da natureza. Ele enfrentava-a como inimigo que tinha de ser conquistado. A natureza passou a ser vista como sem consciência.

Desse modo, o cartesianismo não pode ser inteiramente sustentável, pois não pode ser aplicado a todas as atividades da humanidade, particularmente a situações complexas, ou, quando é aplicado, induz a erros de generalização. Além disso, o cartesianismo enxerga a natureza por um viés utilitarista ou dominionístico, gerando sua desvalorização, com danos da ação humana sobre o mundo natural (GRÜN, 1996).

Hoje, no entanto, o discurso cartesiano encontra-se amplamente disseminado nas instituições científicas e de ensino, governos, empresas e no terceiro setor (inclusive ambientalista), que utilizam a linguagem técnica para se comunicar.

Porém, o cartesianismo pode contribuir para a sustentabilidade na medida em que aumenta o conhecimento humano sobre a natureza, o que pode diminuir seu antropocentrismo e ser a base de métodos interdisciplinares de pesquisa. Com isto reduz-se também a ênfase nos aspectos degradantes da intervenção

humana sobre a natureza e amplia-se a análise sobre os aspectos positivos.

Como reação aos excessos da visão utilitarista da natureza do cartesianismo, surgiu, ainda no início do século XIX, o naturalismo, que fundamenta a conduta humana na satisfação dos instintos biológicos, no individualismo, no anti-racionalismo e no antimaterialismo.

Para alguns, o naturalismo representa uma doutrina dos que atribuem tudo à natureza como primeiro princípio, um fundamentalismo natural (DIEGUES, 2001). Por ser uma doutrina biocentrista, o naturalismo pouco contribui para a sustentabilidade social, havendo mesmo uma rejeição à humanidade (neomalthusianismo), ou mesmo uma visão romântica de sociedades antigas.

Parte das idéias naturalistas sobre a sustentabilidade (inclusive econômica) tem influência da biologia descritiva, onde ‘sustentável’ costuma ser entendido como aquilo que se mantém constante, ou estável (que não varia, ou, quando varia, volta ao estado anterior após a variação), por longo período (AURÉLIO, 1999). Já a biologia evolucionista considera a sustentabilidade como um processo ascendente contínuo, em que concepções mais sofisticadas se sucedem, enquanto outras, menos aptas, desaparecem.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, o naturalismo baseado na biologia descritiva pouco contribui para enfrentar a destruição ambiental, ou, quando muito, contribui para isolar ambientes naturais, algo que, ironicamente, a própria Biologia da Conservação (evolucionista) refuta atualmente.

O discurso naturalista mantém-se hoje, principalmente como doutrina, em parcelas de instituições científicas e de ensino nacionais e internacionais voltadas para a conservação da natureza, em setores governamentais ligados à conservação, em empresas que utilizam o “marketing” ecológico como ferramenta de vendas e no terceiro setor ambientalista.

O naturalismo pode contribuir para a sustentabilidade quando nos alerta para a necessidade da

manutenção dos ecossistemas, suas funções, ou da manutenção de sua evolução. Do ponto de vista da sustentabilidade econômica existe ênfase em tecnologias limpas e de pequenas escalas, novos mercados, fontes de energia renováveis, que podem promover mudanças importantes e relevantes, à medida que sejam implementadas. Finalmente, e isto também é importante, o naturalismo nos lembra que nem todas as trocas que realizamos com a natureza podem ser mediadas com valores de mercado. O naturalismo promove uma valorização estética e sublime do mundo natural selvagem, e isto cada vez mais vem sendo reconhecido como um valor a ser considerado, ainda que subjetivo.

Assim como aconteceu com o cartesianismo, o liberalismo surgiu no Brasil com os brasileiros que estudaram na Europa, durante o conturbado período da Revolução Francesa.

A sustentabilidade social representa tudo para o liberalismo, pois a sociedade fundamenta a vida das pessoas. Esta sustentabilidade era baseada nas posses e na liberdade individual (BARRETO, 1982). Desse ponto de vista, o liberalismo provou ser insustentável no Brasil, onde uma versão conservadora deste gerou distorções como a excessiva concentração de terras ou a manutenção da escravidão, como extensão da "propriedade".

O liberalismo prega a sustentabilidade ambiental a partir do mercado. Entretanto, dentro do liberalismo conservador brasileiro (NEDER, 1979), quem tinha fatores de produção à disposição, na sua propriedade, foi muito pouco cuidadoso ao empregá-los, gerando insustentabilidade ambiental, algo que ocorre ainda hoje, obrigando a intervenção do Estado. Ainda assim, esta doutrina sustenta que se o mercado exigir ser mais "sustentável ambientalmente", os empreendedores simplesmente se adaptarão à nova situação para não serem excluídos. É esta lógica de livre iniciativa regulada pelo mercado que criaria a sustentabilidade econômica.

O discurso liberal está amplamente disseminado na sociedade. Aparece como plataforma de governos, é adotado por empresas privadas e pelo mercado e

freqüente a sociedade na forma mais branda do liberalismo social. O direito liberal fundamenta a existência da propriedade.

Por outro lado, em uma democracia, o liberalismo contribui para a sustentabilidade quando suprime a opressão considerada anormal, ilegítima ou imoral; valoriza a liberdade, a justiça e a iniciativa social, e defende a liberdade das minorias. O liberalismo tem facilidade de se adaptar a novas situações a partir de reformas que mantêm a sociedade no regime capitalista. Contudo, para as instituições capitalistas funcionarem a contento, nem sempre a democracia é essencial ou adequadamente valorizada. O liberalismo prega, então, a existência de um governo responsável, não arbitrário, que respeite os cidadãos, o que é favorável à sustentabilidade social.

Finalmente, um último discurso estudado foi o positivismo, que surgiu no Brasil em função de uma demanda por ordem social e por progresso, que, acreditava-se, não era suprida no império brasileiro.

A sustentabilidade social é representada no positivismo pela ordem. Entende-se que as dificuldades sociais não são políticas, mas, sobretudo, morais. Conseqüentemente, sua solução depende mais das opiniões e costumes que das instituições, o que anula atividades perturbadoras, transformando a agitação política em movimento filosófico, onde o dever, o consenso e a solidariedade prevalecem (COMTE, 1992).

No positivismo os atos da vida são estreitamente regulados, o individualismo e toda liberdade moral reprimidos, sendo incompatíveis com a ordem social (RIBEIRO JUNIOR, 1982). Há um repúdio aos instrumentos de representação popular, cristalizando uma ditadura e a insustentabilidade social.

Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, o positivismo prega a idéia do progresso como consagração da objetividade da ciência e da tecnologia. Entretanto, como a essência desta ciência só é compreendida por uma elite intelectual reduzida, que

compõe uma “autoridade competente”, incumbida do governo “da opinião” e da direção da sociedade, qualquer dúvida com relação à objetividade desse processo leva ao estancamento do progresso e da sustentabilidade econômica.

A sustentabilidade ambiental no positivismo pode ser vista sob os dois ângulos anteriores. Do ponto de vista da ordem, há o controle das iniciativas individuais (regulamentos sobre a propriedade privada) e a atribuição ao Estado do papel de regulador e ordenador do território (unidades de conservação, políticas, planos, programas e projetos), com base em pressupostos técnicos, ampliando a necessidade de controle, fiscalização e repressão sobre a sociedade, que pouco compreende este ordenamento. Com isto, na prática, a sustentabilidade ambiental vista sob o ângulo da ordem no positivismo nem sempre ocorre.

Do ponto de vista do progresso, existe a noção do “manejo racional” do ambiente natural, a partir de instrumentos científicos e tecnológicos. Embora este tipo de manejo se aplique a várias situações, esta visão esbarra em limitações como a diversidade natural, dúvidas com relação à objetividade técnico-científica, ou a burocracia, podendo gerar, em casos extremos, degradação ambiental.

O discurso positivista freqüenta principalmente instituições governamentais que regulam a vida do cidadão. Instituições de ensino são fortemente influenciadas por esta doutrina e disseminam o discurso formal da manutenção da ordem. As instituições de pesquisa estatais difundem a noção de progresso pela ciência. O direito positivo fundamenta a existência da propriedade pública no Brasil e limita a propriedade privada.

Por outro lado, o positivismo contribui para a sustentabilidade, pois aumenta a importância e o interesse pelo “bem público”, limitando os excessos do liberalismo sem controle, um problema sempre importante na vida brasileira.

3 Discursos sobre a sustentabilidade na Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba e região apresentam peculiaridades em relação à história do Brasil que precisam ser lembradas. Inicialmente, a região a oeste da Serra do Mar não fazia parte do território português. Assim, as povoações que se instalaram em território espanhol serviram de ponta de lança para a conquista do restante do território paranaense. Os colonos instalados em Curitiba, além de estarem preocupados em usar a terra disponível, ainda sustentaram a conquista territorial em face das pretensões espanholas e posteriormente das repúblicas vizinhas e de Santa Catarina, estado também vizinho, que pleitearam partes do território paranaense.

Note-se que o discurso de sustentabilidade colonial era muito pragmático, resumindo-se a feitorizar a riqueza fácil, à custa do ambiente natural (como era o caso das lavras de ouro em Minas Gerais ou da queima de florestas, cujas cinzas eram adubo para a cana-de-açúcar no Nordeste). Tratava-se de ter “terra farta para gastar e arruinar e braços para trabalhar”, conforme sugere Sérgio Buarque de Holanda (1988).

A ausência de grandes riquezas de feitorização fácil no espaço paranaense relegou-o a um plano inferior na política do País e a uma história reflexa, conforme defende a historiadora Cecília Westphalen, que define o Paraná como “zona de trânsito” (SOARES, 1995). Assim, a independência do Brasil não trouxe automaticamente a independência paranaense. Durante 31 anos os paranaenses ainda buscariam, como pressuposto da sua sustentabilidade, a independência de São Paulo, que só ocorreria em 1853.

A partir da autonomia adquirida, os paranaenses exigiram do governo imperial o fim do isolamento como pressuposto para o progresso social e econômico. Era sua percepção sobre “sustentabilidade” (STRUMINSKI, 2006), um pleito atendido após a construção da estrada

da Graciosa (1873) e da ferrovia Curitiba-Paranaguá (1885), esta última motivadora da única vinda de Dom Pedro II ao Paraná, praticamente o único traço de modernidade que o Paraná veria no conservador período imperial.

Na República a sustentação da riqueza do Estado e da capital seria uma variação da visão colonial de sustentabilidade, pois o que foi gasto e arruinado, à época, foi o potencial madeireiro da floresta de araucárias (incluindo a erva-mate), uma riqueza fácil a ser feitorizada, mesmo que à custa da revolta de parte da população, materializada pela guerra do Contestado, que aconteceu entre 1912 e 1916.

Porém, com a República, vieram não só novas técnicas, conhecimentos e mão-de-obra especializada, ou uma melhoria dos padrões urbanos, mas uma nova visão sobre a sustentabilidade (STRUMINSKI, 2006). Assim, apesar da exploração florestal predatória ser a visão dominante, surgiu uma outra visão de sustentabilidade amparada no desejo pela identidade paranaense, cujas fronteiras territoriais e culturais eram pouco precisas. Este *paranismo* elaborou uma história regional, símbolos naturais característicos e heróis próprios, trazendo implícita a ideologia progressista e tecnicista republicana, com conteúdo positivista exacerbado e anticlerical, que propunha uma concepção científica (incluindo a universidade no Paraná) e laica da sociedade (OBA, 1998), além de introduzir a crítica ambiental.

Simbolizando essa crítica está o historiador e deputado Romário Martins, que, em um naturalismo pioneiro, alertara, em 1925, sobre a dilapidação dos pinhais e o fim da economia extrativista ervateira, propondo legislação estadual para reflorestamentos e desapropriação de áreas para a conservação. Discursivamente, o paranismo tentava livrar o Estado do passado colonial e imperial e dos métodos antiquados (mediante o progresso científico), ou seja, do passado como província paulista, objetivo atingido apenas parcialmente.

A partir da chamada Revolução de 1930 e do Estado Novo (1937), o Paraná seria envolvido pela nova concepção de sustentabilidade a partir do Estado autoritário e regulador da sociedade, da economia e da natureza nacionais (STRUMINSKI, 2006). Surgem instituições reguladoras da exploração florestal, como o Instituto Nacional do Pinho (1941), e instrumentos de regulamento urbano, como a elaboração do Plano Agache na capital. A percepção do que seria sustentabilidade ambiental no período era ainda, no entanto, frágil e controversa. O interventor Manuel Ribas delineou uma grande reserva, mas que acabou sendo revogada (DEAN, 1997). Estudando-se a legislação florestal do período (PEREIRA, 1950), percebe-se que ela era convenientemente liberal para facilitar a extração de madeira em um momento de grande demanda mundial por este produto.

Após o período getulino, as concepções do que seria sustentabilidade estariam ligadas, de um lado, ao desenvolvimento, e, de outro, à modernidade. Simbolizando isto estaria o Centro Cívico, que, com arquitetura modernista, foi implantado em 1953, comemorando a emancipação do Estado e seu desenvolvimento, com o qual procurou-se demonstrar ao País que o Paraná podia desenvolver projetos próprios (STRUMINSKI, 2006).

Durante este período democrático, a crítica ambiental evidenciou a devastação florestal no Estado, na época a mais evidente do País, que mantinha o Paraná no nível mais baixo de sustentabilidade (o da exploração da riqueza fácil). A devastação ocorria nos pinheirais e na queima da floresta estacional do norte paranaense para produzir cafezais. Esta crítica propunha a conservação da natureza como um novo paradigma da sustentabilidade e foi evidenciada pela escolha de Curitiba, em 1953, como sede do 1º Congresso Florestal Brasileiro.

Já no período do governo militar seguinte (1964-1985) ressurgiram percepções sobre sustentabilidade, que consistiam em manter o controle social (repressão

política) e realizar o crescimento econômico (desenvolvimento). A concepção ambiental alimentava a noção de “segurança ambiental” derivada da “segurança nacional” militar (STRUMINSKI, 2006).

O desenvolvimentismo materializou-se, a partir dos anos 1970, na usina hidrelétrica Capivari-Cachoeira, na nova rodovia Curitiba-litoral (BR-277), ou na Cidade Industrial de Curitiba, que criou um centro industrial complementar aos demais brasileiros, mas sem concorrer diretamente com eles (por exemplo, sem grandes indústrias automobilísticas). Este papel complementar foi assimilado pela elite intelectual e política do Estado, geralmente inexpressiva no País. Neste sentido desenvolvimentista (tornar o País auto-suficiente em papel e celulose) foi criado o curso de Engenharia Florestal (1963), para “aprimorar” uma vocação já em declínio (no que dizia respeito ao manejo de florestas nativas) no Estado. Naquele ano, ironicamente, um devastador incêndio consumiu grande parte das florestas paranaenses (DEAN, 1997). Já o ordenamento territorial aparece com a Região Metropolitana de Curitiba - RMC (1973) e com seu Plano de Desenvolvimento Integrado (1978).

Ao mesmo tempo, a capital celebra sua sustentabilidade urbana em iniciativas dentro do discurso liberal social, com reformas urbanas, espaços públicos de cultura e lazer (parques, ciclovias, museus etc.), que atingiram alcance nacional ou mesmo internacional, mas que foram embaçadas pelas desigualdades sociais da periferia metropolitana. Nos anos 1990 uma política industrial agressiva amplia a participação do Estado no desenvolvimento econômico e a população da RMC.

Entretanto, a sociedade paranaense começa a perceber as limitações sociais e ambientais dos modelos de desenvolvimento. O primeiro setor (governamental) assume que “sustentabilidade” na RMC representa a competitividade (a Grande Curitiba como uma metrópole mundial), mas também a sustentabilidade ambiental, juntamente com a solidariedade metropolitana (STRUMINSKI, 2006).

Parte do segundo setor industrializado induz, entretanto, o crescimento e investimentos da cidade para nós logísticos de tecnologia e transporte, empurrando, com isto, o crescimento da cidade para leste, em direção ao aeroporto da cidade e ao porto de Paranaguá e, conseqüentemente, em direção aos mananciais e áreas de preservação da Serra do Mar (STRUMINSKI, 2006).

Já o terceiro setor começa a assumir que cidadania compreende a responsabilidade pelo patrimônio natural e cultural, e que o atual conceito sobre sustentabilidade é mais complexo que no passado, abrangendo diferentes percepções (STRUMINSKI, 2006), conforme será demonstrado nos discursos dos projetos existentes hoje na RMC.

4 A sustentabilidade em projetos na RMC

No presente artigo, foram propositadamente escolhidos projetos em diferentes escalas, pois importou mais a análise de discursos e concepções de sustentabilidade do que os resultados. Alguns desses projetos são milionários; em outros os protagonistas lutam pela subsistência. A contribuição do voluntarismo também foi analisada. Os três setores foram representados. O primeiro setor compareceu com programas como o Pró-Atlântica e o Sistema de Unidades de Conservação; o segundo setor, com um plano de desenvolvimento estratégico para a região metropolitana e um projeto de remoldagem de pneus; o terceiro, com a conservação em áreas privadas, a auditoria de um programa de saneamento ambiental, um projeto de conservação em montanhas e uma nova proposta para a tradicional prática da jardinagem.

Apenas pela nomeação dos projetos observa-se que nem sempre existe divisão nítida entre eles. Assim, mesmo que nenhum desses trabalhos isoladamente atinja todos

os requisitos para serem sustentáveis, o fato de existir propensão à comunicabilidade entre eles já promove a sustentabilidade. Assim, quanto mais isolado um projeto, quanto menor for seu diálogo com os demais setores da sociedade, menos sustentável ele é, não importando a quantidade de recursos de que disponha.

Isso se mostra particularmente verdadeiro no caso do Programa de Proteção à Floresta Atlântica, um programa estatal com pressupostos biocentristas e positivistas (manutenção da ordem) que abrangeu porções do 1º planalto, da Serra do Mar e do litoral do Paraná, ou seja, a porção nordeste e leste do Estado, que possuem a vegetação (histórica e, aliás, independentemente deste programa) mais bem conservada do Paraná (a Floresta Atlântica).

A apresentação do discurso do “desenvolvimento sustentado” acompanhou a vinda deste programa, inclusive com a proposta de criação de “projetos-pilotos” (Pró-Atlântica, 1998), mas estes projetos foram posteriormente abandonados (Pró-Atlântica, 2001). Percebeu-se que o programa visou, de fato, à fiscalização e repressão a crimes ambientais. Desta forma, apesar de milionário, o programa encontrou-se isolado, produzindo trabalhos de pouca repercussão social, pouco contribuindo para a sustentabilidade. Mesmo na conservação da Floresta Atlântica nas unidades de conservação do Estado, sua atuação foi mais formal do que efetiva. Onde houve atuação mais direta, ocorreram danos ambientais e desperdício de recursos públicos, como em uma estrutura para radiocomunicação mal projetada destruída pelos ventos na Serra do Mar, que, para ser recuperada, ocasionou um dano ainda maior (Pró-Atlântica, 2005), ou danos ao patrimônio arqueológico do Estado, ambos admitidos pelo próprio programa (Pró-Atlântica, 2006). Em abril de 2007 seu ex-coordenador geral procurou rebater críticas sobre a pouca importância dada ao iminente risco de incêndios na Serra do Mar, declarando: “Consultamos um dos maiores especialistas do Brasil no assunto. Ele falou que o risco de incêndios

é baixíssimo e a precipitação no local é alta”. (VALLE, 2007). Poucos meses após esta declaração, irromperam incêndios devastadores em áreas da Serra do Mar, que revelaram que o Pró-Atlântica representou, assim, o menos sustentável dos programas aqui estudados.

Outro programa estatal pesquisado relaciona-se com a conservação da natureza em unidades de conservação (UCs). As UCs de proteção integral são a materialização de um tipo de discurso crítico naturalista sobre a degradação da civilização humana. Representam um recorte no mundo utilitarista e materialista (cartesiano). Em casos extremos, alega-se que seriam as únicas formas de proteger a natureza da destruição humana, por meio de “ilhas” naturais (DIEGUES, 2001). Assim, as UCs têm em sua gênese a negação da humanidade. Não por acaso geram situações negativas na relação sociedade-natureza. Expropriam áreas privadas e excluem populações (no caso de desapropriações de áreas), sendo acusadas injustamente de “impedimento” ao desenvolvimento (como se costuma alegar no célebre caso da Estrada do Colono, no Parque Nacional de Iguazu, parque este, aliás, que é verdadeiro motor do desenvolvimento do sudeste paranaense).

Embora o papel deste tipo de UC seja amplo, compreendendo aspectos sociais e econômicos, no caso da RMC essas UCs de Proteção Integral (sob domínio público) ocupam menos de 3% da área regional, concentradas, em sua maior parte, nas porções leste e nordeste da RMC, na Serra do Mar. Este número sugere que esta estratégia, na forma isolada como é conduzida pelo Estado, pouco contribui para a sustentabilidade da região ou para a manutenção dos remanescentes florestais, que Struminski (2006) estima em 25% da RMC. Contudo, ao contrário do programa Pró-Atlântica, as UCs da RMC integram um sistema composto por áreas públicas e privadas, que procuram envolver o município de Curitiba, onde a possibilidade de diálogo com a sociedade aumenta. Tanto que o recorte da região com

UCs de uso sustentável (sob domínio privado, mas com regulamentos estatais), como as Áreas de Preservação Permanente (APAs), é consideravelmente maior (34%). Assim, apesar da aparência naturalista, este sistema tem um discurso majoritariamente cartesiano, em que a idéia da natureza selvagem é uma exceção (UCs de proteção integral), uma concessão mesmo, quando uma paisagem paradisíaca qualquer calha de cair dentro de uma terra devoluta transformada em parque.

A propósito, em muitas das UCs de uso sustentável da RMC a finalidade é utilitarista, existindo a incômoda contradição da destruição da natureza para fins públicos (caso do alagamento de APAs para a construção de represas). Porém, há também uma propensão (praticamente uma obrigação legal) para a gestão compartilhada das áreas. De modo geral a possibilidade da sustentabilidade como um todo aumenta nestas unidades em função de seus objetivos amplos.

Atualmente, entretanto, ainda há pouca participação social no planejamento e manejo das UCs, o que garantiria a melhoria da qualidade de vida destas populações e mais sustentabilidade (STRUMINSKI, 2006). Na prática, o Estado ainda cultiva vícios positivistas e mantém distância e desconfiança com relação à sociedade.

Pode-se comparar essa iniciativa estatal com um outro programa de conservação da natureza em áreas privadas, o Condomínio da Biodiversidade (Condomínio da Biodiversidade, 2000), que combina dois discursos restritivos que representam políticas históricas no País: o naturalismo conservacionista, que buscou criticar a degradação e negar o desenvolvimento, e o liberal-conservador, que, no Brasil, defende o pleno uso da propriedade privada e a não-intervenção do Estado. Trata-se de um “conservacionismo conservador”, sustentado em dados objetivos discutíveis e que representam, portanto, uma dupla minoria de discursos. Tanto o discurso conservacionista quanto o liberal-conservador contribuíram muito pouco para a sustentabilidade em sentido amplo.

Entretanto, independentemente da quantidade de propriedades, certamente pequenas e diluídas na RMC, ou do tamanho total da área abrangida por este projeto, o aspecto da sustentabilidade com que o Condomínio da Biodiversidade pode contribuir é o ambiental, demonstrando a velha tese liberal, bem fundamentada na teoria, mas pouco aplicada na prática, de que a privatização dos espaços naturais é o melhor meio para conservar seus recursos, sejam florestas, solos ou a biodiversidade, na medida em que os proprietários seriam os maiores interessados na conservação, desde que tenham garantia de posse e liberdade para administrar seus negócios. Trata-se da versão liberal do desenvolvimento da ética da responsabilidade (LIMA, 2003), na qual o sujeito não se limita a agir segundo normas preestabelecidas, mas sim de acordo com seus valores mais profundos, algo que se for bem conduzido pelo projeto pode estender-se para os bens públicos e para o restante da sociedade.

Essa ética da responsabilidade pode já ser identificada no projeto “Adote Uma Montanha”, mantido por instituições não-governamentais em áreas montanhosas nas porções leste e oeste da RMC (RIBEIRO, LORENZETTO e RODRIGUES, 2004).

Apesar de configurar um projeto modesto em termos de intervenção no terreno (a área efetivamente abrangida por ele limita-se a trilhas e locais diretamente usados por montanhistas/excursionistas, ainda que em grande número e em diversas regiões), conclui-se que suas práticas democráticas são indicadoras da sustentabilidade no sentido amplo. Ambientalmente há o uso e gerenciamento responsável (conservacionista) dos recursos naturais. Existe um certo “diálogo de saberes” entre os grupos participantes e os detentores de saberes populares e científicos, embora o foco para as populações locais seja mínimo. O projeto fundamenta-se na construção da autonomia derivada de uma prática desenvolvida em campo. Valoriza também direitos coletivos, ampliando sua sustentabilidade social. Existe ainda algum apoio econômico de empresas ou do Estado.

O projeto seguinte procura apresentar uma crítica bem qualificada e atuante, na forma de uma auditoria não-governamental, que contribuiu para o aperfeiçoamento do programa estatal de saneamento ambiental (PROSAM), o qual gerou obras e intervenções em alguns municípios das porções centro e leste da RMC (URBAN, 1996).

Com todos os defeitos e limitações concernentes ao seu pioneirismo, esta auditoria trouxe avanços em termos de práticas democráticas, no que diz respeito à sustentabilidade de grandes projetos (seria praticamente impossível imaginar uma auditoria não-governamental a projetos do governo Vargas ou mesmo ao projeto de construção de Brasília, por exemplo).

Com autonomia financeira promovida pelo próprio PROSAM, a auditoria focou-se no dano ambiental do programa. Neste sentido, a própria auditoria não percebeu que o acesso público à informação técnica do programa poderia tornar o programa governamental (e a própria auditoria) mais sustentável do ponto de vista social.

Por outro lado, mesmo que a auditoria não tenha atingido seu objetivo de assegurar a proteção do meio ambiente (sustentabilidade ambiental), pode-se dizer que ela ampliou a possibilidade de isto acontecer, mediante alterações no andamento do programa.

Igualmente modesto em recursos, mas ambicioso em seu discurso, o projeto "Jardinagem Sustentável e Solidária", distribuído pontualmente em vários municípios da RMC e na capital, abrange os três aspectos da sustentabilidade que os demais projetos anteriores não realizaram ainda. Assim, está contemplada a perspectiva de geração de renda, o desenvolvimento social através de princípios do cooperativismo, além de princípios ambientais (Fonte Cristal/SMMAR, 2005).

A crítica promovida por este projeto é branda. Do ponto de vista social ele busca mais a "harmonia" naturalista que a contestação. Prega a economia solidária no lugar da capitalista, e a adaptação e uso dos espaços mais que a conservação. O projeto enfrenta dificuldades

no sentido de valorizar o discurso alternativo (naturalista) frente à ciência, ao mesmo tempo em que necessita do apoio e reconhecimento científico (profissionais, universidades). Também enfrenta dificuldades no sentido de valorizar mais o trabalhador cooperado profissionalizado (que gera um custo maior para todos) que o liberal informal e descompromissado com o resultado do trabalho. Do ponto de vista ambiental o projeto também debate-se na valorização do sentido utilitarista da natureza (uso da biodiversidade introduzida), em detrimento da conservação da natureza como um todo (conservação da biodiversidade natural).

Por outro lado, procura colocar o saber ambiental dos jardineiros no mesmo patamar do conhecimento científico clássico (cartesiano e positivista), fazendo saudáveis parcerias e pontes entre instituições de ensino superior, cooperativas, instituições não-governamentais e a população abrangida pelo projeto. Estimula ações cooperadas por meio de redes diversas (trocas de sementes, mudas ou informações) no lugar do individualismo, e valoriza um liberalismo de cunho social, em que a parceria estatal é valorizada (mas limitada) e há preocupação com a justiça social (sustentabilidade social) nas comunidades mediante as reformas.

Mesmo assim, no projeto dos jardineiros ainda prevalece o paternalismo. Há carência de uma autogestão profissional, com conhecimento, parceiros e recursos, a qual pode ser encontrada no caso do projeto de remoldagem de pneus agregado ao combate da dengue da empresa Colway, instalada em Piraquara, região de mananciais, a leste de Curitiba.

A questão ambiental da importação do lixo-pneu tem sido criticada pelas multinacionais concorrentes e passou a ser resolvida com a aplicação do princípio de obrigações do pós-consumo, algo que a Colway pratica de forma antecipada (FERRONATO, 2005), mas representa um custo com o qual futuramente todas as fábricas terão de arcar. Trata-se, neste caso, de uma demonstração das limitações do conceito liberal de livre mercado na solução dos problemas e da tradicional

ausência de limites rígidos entre público e privado no Brasil, pois a legislação foi proposta por um grupo de empresas do setor de remoldagem de pneus, em detrimento de outras que fabricam pneus a partir de matéria-prima virgem. Entretanto, embora a interferência do Estado, neste caso, possa vir mesmo a trazer ônus para as empresas maiores, trará também, certamente, benefícios para o meio ambiente.

A coleta e obrigatoriedade de destruição do número equivalente de pneus produzidos, no entanto, vincula-se à necessidade gerada pela empresa de importação de matéria-prima (pneus usados) da Europa, que, por ser barata e demandar menos matéria-prima virgem para fabricação de um remoldado, acaba gerando a sustentabilidade econômica do projeto, na medida em que concorre com um produto de custo final inferior ao do pneu novo. Nesse sentido, o discurso ecológico e econômico da empresa tem tido respaldo entre os consumidores.

A empresa mantém ainda projetos de cunho social, mas de foco limitado ou pontual, de caráter assistencialista tradicional. Já a coleta e destruição de lixo-pneu, principal foco e criadouro do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, representa uma vertente socioambiental (sanitarista) mais importante da empresa.

Todo esse grupo de projetos e trabalhos analisados passou, direta ou indiretamente, pela análise realizada durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC, hierarquicamente situado, aliás, em posição superior aos programas e projetos vistos. O PDI teve inspiração visivelmente privada, mesmo tendo sido realizado por um consórcio de empresas nacionais e internacionais sob convite do Estado, sendo uma revisão de planos anteriores, em especial do primeiro PDI elaborado em 1978 (SOGREAH & COBRAPE, 2002).

O PDI teria sido uma grande oportunidade para se discutir a sustentabilidade em sentido amplo na região metropolitana, como, aliás, havia se proposto.

Entretanto, por alguns motivos isto não aconteceu. O primeiro e principal deles é o fato de que este plano foi elaborado no ano de 2002, final da gestão de um governo estadual. Isto fez com que o PDI fosse elaborado em período muito curto e, conseqüentemente, limitou as possibilidades de participação e crítica de interessados em discutir os temas metropolitanos. Assim, muito do conteúdo e das conclusões do PDI está relacionado com a experiência e capacidade dos técnicos consultores (incluindo o autor do presente trabalho) e com o direcionamento ideológico do plano.

Em função disso, percebe-se que outra limitação do plano é que ele girou em torno da idéia de Curitiba como uma cidade mundial. Isto fez com que a ênfase estivesse no discurso da competitividade, ou seja, na logística necessária para a sustentabilidade econômica da metrópole, à qual as demais dimensões da sustentabilidade estão subordinadas. Assim, sustentabilidade social passa a ser entendida (de forma simplificada, claro) como a capacidade da metrópole em gerar empregos e propiciar transporte para os trabalhadores. Já a sustentabilidade ambiental está capitaneada pela oferta de água para esta população, algo que, durante períodos de estiagem, torna-se um fator limitante para a cidade. Neste discurso, o mercado (mundializado) direciona o crescimento da cidade, e a governança pública (mesmo que metropolitana) é esvaziada, limitando-se à ação regulatória do crescimento da expansão urbana em áreas de mananciais ou onde o mercado tem menos interesse imediato. Desse modo, esta visão do PDI choca-se com muitos dos projetos anteriormente analisados.

Para melhor comparar essa afirmação, apresenta-se a seguir um quadro contendo um resumo das características dos projetos estudados neste trabalho, juntamente com as conseqüências dos seus discursos para a sustentabilidade na RMC.

QUADRO 1 - RESUMO DOS PROJETOS ESTUDADOS NA RMC E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A SUSTENTABILIDADE

PROJETO	SÍNTESE DO DISCURSO	CONSEQÜÊNCIAS NEGATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE	CONSEQÜÊNCIAS POSITIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE
Pró-Atlântica	Fortalecimento do poder estatal sob a ótica da ordem pública (positivismo). Conservação da natureza sob a ótica biocêntrica.	Pouco diálogo social; danos ambientais de projetos mal-conduzidos; desinteresse na sustentabilidade das comunidades afetadas pelo programa.	Aumento do conhecimento científico sobre a Floresta Atlântica; recursos para a proteção florestal.
UCs na RMC	Fortalecimento do controle e ordenamento territorial estatal nas áreas naturais (positivismo). Conservação da natureza sob a ótica biocêntrica e/ou cartesiana.	Pouco diálogo social; excesso de normas; contradições entre uso utilitarista e necessidades de conservação das UCs.	Possibilidade de implantar o manejo sustentável e os princípios e práticas de conservação da natureza no desenvolvimento regional.
Condomínio da Biodiversidade	Controle territorial privado (liberalismo) nas áreas naturais.	Pouco diálogo social; estímulos brandos para a conservação; pouco interesse na sustentabilidade econômica.	Aumento da responsabilidade social sobre a natureza.
Adote uma Montanha	Intervenção não-governamental em áreas naturais; reformas sociais pela ampliação da cidadania (liberalismo social); conservação da natureza sob a ótica biocêntrica e/ou cartesiana (utilitarista).	Pouco diálogo social; estímulos brandos para a conservação; pouco interesse na sustentabilidade econômica.	Ética da responsabilidade já implantada; ganhos ambientais mensuráveis dos projetos.
Jardinagem Sustentável	Fortalecimento da propriedade privada (liberalismo); reformas sociais pela ampliação da cidadania (liberalismo social); conservação da natureza sob a ótica cartesiana (utilitarista).	Diálogo social limitado; baixa conservação da biodiversidade; baixa sustentabilidade econômica.	Cooperativismo; diálogo de saberes entre jardineiros e técnicos.
Auditoria Ambiental não-Governamental	Reformas de projeto governamental pela ampliação da cidadania; conservação da natureza sob a ótica cartesiana.	Diálogo social limitado, foco na remediação dos danos do projeto; pouco interesse na sustentabilidade econômica da comunidade afetada pelo projeto.	Fortalecimento da responsabilidade social sobre a natureza; aumento do acesso público a dados de grandes projetos.
Remoldagem de Pneus	Fortalecimento da iniciativa privada (liberalismo); naturalismo sanitaria e cartesianismo (reciclagem de recursos).	Importação de "lixo-pneu"; representa uma obrigação "pós-consumo" do fabricante e não uma inovação.	Ampliação do diálogo social (consumidores, público afetado por iniciativas sanitarias); busca da sustentabilidade econômica; extinção de lixo e de focos de dengue.
PDI da RMC	Fortalecimento da competitividade econômica (liberalismo) em áreas estratégicas da RMC; conservação da natureza sob a ótica utilitarista.	Diálogo social limitado; pouco interesse na conservação "per si"; redução da capacidade social do Estado; investimentos voltados apenas para a competitividade econômica.	Aumento do conhecimento sobre a RMC; possibilidades de interdisciplinaridade.

FONTE: Struminski (2006)

Conclusões

A maioria dos projetos desenvolvidos na RMC, inclusive os governamentais, que possuem mais recursos, ainda que ambiciosos em seus objetivos, aparentam ser modestos em seus resultados, pelas limitações embutidas nos seus discursos. Pode-se dizer, assim, que os projetos desenvolvidos nesta região pouco contribuem, ainda, para a sustentabilidade metropolitana.

Deve-se lembrar, porém, que o cenário natural onde esses projetos acontecem na RMC é diversificado,

com situações desfavoráveis à ocupação humana (conservação integral), favoráveis à ocupação extensiva (zonas rurais com ocupação esparsa), favoráveis à ocupação rural intensiva (zonas agrícolas) e com ocupação urbana intensa. Nesse sentido, um ponto favorável a se ressaltar é que os projetos são suficientemente criativos para explorar mesmo situações desfavoráveis na prática de novos discursos sobre a sustentabilidade.

Assim, outra conclusão interessante é a que aponta para a busca da sustentabilidade na região. Neste sentido,

pode-se afirmar que a área com remanescentes vegetais na RMC (25%) corresponde ao que a sociedade atual assume como sustentável para a área desta concentração urbana (10%). A lógica da sustentabilidade, aqui defendida, pressupõe que, com a continuação deste processo, a sociedade se torne mais exigente, e mesmo que a ocupação urbana duplique sua população até chegar a um nível de estabilidade (como previsto pelo PDI 2002) e amplie sua área para o dobro da ocupada atualmente (20%), poderia, hipoteticamente, duplicar a área com vegetação natural ou manejada (50%) e ainda assim sobriaria espaço para a agricultura, infra-estrutura, mineração, barragens, conservação da natureza de forma restritiva etc. Assim, a RMC pode se tornar mais sustentável mesmo com o aumento da população e da área urbanizada, desde que os três setores da sociedade consigam dialogar e estabelecer parâmetros para essa sustentabilidade, nos seus próprios moldes, democraticamente, e não em moldes impostos de fora para dentro ou de cima para baixo.

Por outro lado, hoje o cenário natural da RMC apresenta limites para sua expansão urbana e para a sustentabilidade, caso ela se baseie na visão de apenas um dos setores da sociedade, como aparece em alguns dos projetos analisados. O conflito entre diferentes visões da sustentabilidade já aparece, inclusive nesses projetos, conforme se conclui a seguir.

Para que programas como o de Proteção à Floresta Atlântica ou similares que venham a ser adotados no Paraná possam tornar-se sustentáveis, menos contraditórios ou no mínimo menos estranhos à sociedade, será altamente recomendável que utilizem parte de suas vultosas somas realizando aberturas em direção à sociedade, apoiando projetos, permitindo a realização de auditorias não-governamentais, fomentando e mantendo parcerias e diálogos permanentes na área em que atuam. Isto facilitaria a tarefa de conservar a natureza na área de programas deste tipo, além de promover um desenvolvimento mais compatível com a conservação da natureza, objetivo deste programa em particular.

Conclusão similar pode ser tomada do ponto de vista do gerenciamento sustentável das unidades de conservação existentes na RMC, sendo recomendável que as Câmaras Técnicas (ou Conselhos Gestores) já existentes em algumas delas evoluam para câmaras participativas, inclusive porque a legislação prevê a participação da sociedade. Sugere-se que iniciativas e investimentos sejam feitos para aperfeiçoar e aumentar o número de técnicos e apoiar as iniciativas da sociedade em prol da sustentabilidade dessas UCs.

Apesar das críticas que o Sistema de UCs possa receber, suas virtudes são maiores que os defeitos, e as chances de contribuir para a sustentabilidade, tanto do ponto de vista urbano quanto rural, são, portanto, consideráveis.

O Condomínio da Biodiversidade já representa uma iniciativa nesse sentido. Porém, baseia seu discurso em uma tendência minoritária no meio rural brasileiro, que é o conservacionismo puro. Ao mesmo tempo, não contesta o pilar fundamental do discurso liberal, que é o uso irrestrito da propriedade. Em vista disso, em termos de restrições legais ao uso privado da propriedade, o Condomínio é apenas brando, propondo limitações voluntárias. Na verdade, procura valorizar a propriedade privada mediante argumentos naturalistas. Como aspecto positivo, constata-se que valoriza a chamada ética da responsabilidade, pela qual se acredita que este possa contribuir para tornar esta iniciativa mais sustentável.

Como se comentou, esta ética já está presente no programa "Adote uma Montanha", o qual, devido ao seu discurso liberal social, apresenta aspectos individualistas que demonstram pouco envolvimento com a sociedade envolvente. Entretanto, o programa apresenta aspectos sustentáveis dos seus serviços que mereceriam maior difusão junto à sociedade, de modo a valorizar suas contribuições para a construção da cidadania.

Mesmo sendo modesto e limitado, além de basear-se atualmente no voluntarismo, este projeto trabalha em áreas como UCs do Estado ou sob influência direta

de programas onerosos como o Pró-Atlântica, já citado, ou seja, nas áreas com cobertura vegetal significativa na RMC (em quantidade e qualidade), sendo possivelmente o principal crítico potencial ao manejo das UCs onde atua e a este programa governamental, sendo recomendável que incorpore esta crítica, de forma a contribuir para reduzir os aspectos negativos demonstrados por estes projetos governamentais e aumentar a sustentabilidade dos mesmos.

É recomendável, também, que esse projeto amplie sua sustentabilidade econômica, incorporando mão-de-obra local para manter a continuidade dos trabalhos e de profissionais para coordenar atividades em áreas que exijam conhecimento mais técnico, inclusive para esta crítica mais qualificada mencionada.

Nesse sentido, a experiência da Auditoria Ambiental foi muito feliz. Ao utilizar um discurso científico (cartesiano), a auditoria sugere que a administração e o uso de recursos coletivos (inclusive por parte de empresas privadas ou por outras instituições não-governamentais) devam contemplar, como uma forma de ampliar a sustentabilidade em sentido amplo (democracia), a prática da auditoria independente, ou mesmo a auto-avaliação (a exemplo dos *ombudsmen* dos jornais), realizada por profissionais qualificados e éticos.

A incorporação de maior conhecimento profissional surge também como requisito para ampliar a possibilidade de sustentabilidade no caso do projeto de jardinagem sustentável, um projeto modesto mas de grande potencial pela estrutura pulverizada. Assim, é recomendável a adição de parceiros não só em discursos, mas também em recursos, e o aprimoramento da autogestão.

A recomendação óbvia no caso do projeto de remoldagem de pneus é a de que se elimine gradativamente a importação do lixo-pneu, pois existe vasta quantidade deste produto no próprio País. Na verdade, os demais fabricantes deveriam cumprir suas obrigações do pós-consumo. Há que se considerar ainda que processos de reciclagem também geram resíduos e,

conseqüentemente, poluição. É recomendável, portanto, que se mantenham pesquisas sobre o aprimoramento deste processo e sobre o reuso desta matéria-prima (pneu) em outras atividades, além de serem realizados investimentos na produção do pneu remoldado para uso em transportes coletivos (juntamente com o estímulo a este tipo de transporte), o que manteria o lucro da empresa com menor produção de pneus. O desfecho desta “guerra dos pneus” pode, no entanto, não levar a nenhuma dessas soluções. A empresa já anunciou sua intenção de migrar para um país vizinho (Paraguai), pela dificuldade imposta pela legislação para importação de pneus usados.

Finalmente, pode-se concluir, sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, que ele pouco procurou integrar os diferentes projetos que ocorriam na região naquele momento. Mesmo assim, a partir do momento em que foi concluído, o PDI tornou-se um documento histórico, um reflexo de como certos setores governamentais e empresariais viam a metrópole naquele momento, embora a sociedade, uma das interessadas no plano, tenha contraditoriamente recebido pouca atenção. Como um plano estratégico e não regulatório, o PDI forneceu formidável quantidade de dados que seria recomendável estar disponível para que novas pesquisas, reflexões e discussões continuem a ser formuladas sobre a sustentabilidade na RMC.

Uma conclusão geral a respeito desta amostragem de projetos da RMC é que nenhum deles, isoladamente, atinge todos os requisitos necessários para serem sustentáveis, tanto no meio urbano quanto nos ambientes naturais, do ponto de vista social, econômico ou ambiental. Entretanto, deve-se observar que cada um desses trabalhos contribui em algum aspecto para que a sustentabilidade se consolide em novos discursos.

No mundo das idéias, como disse Jacques Barzun (2002) em um portentoso tratado sobre a cultura ocidental, as mudanças são mais lentas do que no

mundo das coisas (ou da tecnologia), Assim, a idéia de sustentabilidade representa hoje um atrativo irrecusável, mesmo que sua prática (no mundo das coisas) ainda revele vícios de idéias antigas.

Considerando-se esta conclusão, é recomendável que o meio acadêmico amplie seu leque de estudos, de modo que projetos com indicadores de sustentabilidade,

em qualquer região do Brasil ou do mundo, sejam estudados e aplicados na RMC (que ainda possui enorme potencial para projetos sustentáveis). Desta forma, o meio acadêmico contribuirá mais efetivamente para a sustentabilidade desta região.

- Recebido em: 16/10/2006
- Aprovado em: 17/12/2007

Referências

BARRETO, V. Primórdios do liberalismo. O liberalismo e representação política: o período imperial. In: **Curso de Introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982. Unidade I e II. p.11-107.

BARZUN, J. **Da alvorada à decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 20.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.

COMTE, A. **O Espírito positivo**. Porto: Rés Editora, 1992.

CONDOMÍNIO DA BIODIVERSIDADE. **Uma proposta de conservação da natureza para a Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2000.

DEAN, W. **A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DESCARTES, R. **Discurso sobre o método**. São Paulo: Hemus, 1989.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

FERRONATO, A. A guerra dos pneus. **Revista capital Curitiba**. Curitiba, n.1, p.7-9, jun. 2005.

FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**. Campinas: Papirus, 1996.

INSTITUTO FONTE CRISTAL/SMMAR. **Jardinagem sustentável e paisagismo solidário**. Araucária, 2005.

LIMA, J. E. S. Ética, natureza e a insistente busca do fundamento último. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 7, p.117-124, 2003.

NATURALISMO. In: DICIONÁRIO Aurélio Século XXI. Versão 3.0. Ed. Nova Fronteira. nov. 1999.

NEDER, G. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: ACHIAMÉ/SOCII. 1979.

OBA, L. T. **Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 2002.

PEREIRA, O. D. **Direito florestal brasileiro**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

PRO-ATLÂNTICA (PROGRAMA). **Revista Atlântica**, Curitiba, 1997-2006.

RIBEIRO JUNIOR, J. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RIBEIRO, K. T.; LORENZETTO, A.; RODRIGUES, C. Bases para o manejo de escaladas em unidades de conservação. In: CONGRESSO Brasileiro de Unidades de Conservação, IV. 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: FBPN/REDE Pró UCs, 2004. p.335 a 345.

SILVER, B. L. **A escalada da ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

SOARES, L. R. Romário, um historiador combatente. In: MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. III - XV.

SOGREAH; COBRAPE. **Consolidação dos instrumentos de gestão para a Região Metropolitana de Curitiba**: Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI); Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial. Bloco B: ordenamento físico territorial. Curitiba. 2002.

STRUMINSKI, E. **Os discursos sobre a sustentabilidade, no Brasil e na Região Metropolitana de Curitiba, de 1500 aos dias atuais**. Curitiba, 2006: Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

URBAN, T. Auditoria não-governamental ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba. In: N. Bonduki (Ed.). **Habitat, as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana em cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p.88-96.

VALLE, E. Programa Pró-Atlântica rebate as críticas. Coordenador nega impactos ambientais e diz que risco de incêndios é mínimo. In: **Caminho do Itupava**. Curitiba. 04/2007. Jornal Comunicare, PUC-PR.